

ARTIGO

A Doença Mais Cara do Mundo



JORGE DAHER
Médico

Um olhar sobre os custos de tratamentos das doenças talvez nos faça pousar os olhos e crer que os mais variados tipos de câncer, ocupem o lugar principal. Câncer, em verdade, é nome comum de processos patológicos chamados neoplasias e representa mais de uma centena de doenças diferentes, que tem fatores causais diversos e mecanismos de proliferação comuns. O tratamento envolve desde cirurgias deformantes às sofisticadas intervenções da radioterapia, como a radiocirurgia, faca gama, sementes de prótons, sem contar a necessidade de exames de última geração, como ressonâncias e tomografia por emissão de pósitrons.

Ainda deitando o olhar sobre os custos de tratamento, poderíamos pensar também nas doenças cardiovasculares, infarto e os AVC, que exigem tratamentos igualmente caros. Também o mesmo se dá com o diabetes, as doenças terminais dos rins que exigem a hemodiálise, os transplantes de órgãos. O custo de todas essas doenças, na grande maioria dos casos, é financiado pelos governos através do SUS. Nenhuma dessas doenças citadas se situa no posto da doença mais cara do mundo, que é a Esquizofrenia.

Se nesse instante você

questiona porque uma doença mental incurável se torna a mais cara do mundo, vamos à realidade. Esquizofrenia atinge cerca de 1% da população mundial e é mais prevalente nos países pobres. Enquanto as doenças degenerativas, que são todas as acima citadas, atingem a população mais velha, o pico de incidência da Esquizofrenia é em adultos jovens, que estão iniciando no mercado de trabalho. Nessa faixa etária, os anos de contribuição previdenciária são exíguos, a aposentadoria é praticamente compulsória e nesse caso contribuinte do mercado de trabalho, que é o cuidador. As exigências desse tipo de doença mental incluem um familiar, que deixa seu trabalho para os cuidados do paciente.

O tratamento da Esquizofrenia atingiu o status de sofisticação pelo avanço das neurociências nos últimos dez anos, e hoje os medicamentos antipsicóticos modernos são também usados em outras doenças, como Depressão e Transtorno Bipolar do Humor.

Nesse momento do texto, abandono o rigor técnico. Há 8 semanas tenho acompanhado a saga de dois pacientes esquizofrênicos nas ruas de Anápolis, um deles sempre alegre a distribuir panfletos no cruzamento das Avenidas Goiás e Brasil, o outro sempre andando na mesma avenida, sujo, conversando a esmo e fazendo gestos de luta, numa coreografia que não define a arte marcial que domina, mas evidencia o comprometimento motor já incipiente. São meus velhos conhecidos de internação

em um hospital que atingiu 57 anos e tem sua morte precoce decretada. Falo do Sanatório Espírita de Anápolis.

Os serviços prestados por aquele hospital atingem pelo menos cento e dez cidades de onze Estados da federação, mas a falta de reajuste na tabela praticada pelo SUS o coloca na calimitosa situação de preparar estratégias para encerramento digno, sem dívidas, de suas atividades. O hospital é vítima da política de desospitalização psiquiátrica adotada pelo Ministério da Saúde há 10 anos. Os esforços do secretário municipal da saúde, Dr. Ernei de Pina, que conhece a realidade do hospital e a qualidade de seu atendimento, por isso é seu advogado de defesa, coram brilhantemente os estereos da instiuição, já que a nível municipal tenta-se enfrentar uma política de âmbito federal.

O natal ainda está distante, mas não se assuste se aos dois pacientes da instituição que hoje estão nas ruas por opção de seus familiares, já que o hospital jamais fechou-lhes as portas, juntarem-se outros duzentos e setenta e quatro, andando ao esmo da doença torturante, experimentando a mistura de seus delírios aos horrores do cotidiano que lhes é hostil, batizando com medo o grito dos cidadãos que sequer sabem os sofrimentos que esse transtorno mental provoca.

A doença mais cara do mundo é tratada pelo governo federal com o calote, o governo que se diz voltado ao social, entrega à sociedade um endividamento moral.

Jorge Daher

ARTIGO

As reações ao fechamento da emissora

Como todos os caudilhos e ditadores que se consideram acima do bem e do mal, Hugo Chávez não contava com a reação internacional ao fechamento da RCTV. Nem imaginava que os seus conterrâneos teriam a coragem de sair à rua para protestar contra o fim da concessão da mais antiga e mais popular televisão do país.

Chávez contava com a retórica dos seus militantes dentro e fora da Venezuela, inclusive no Brasil. Acreditava que bastaria repetir os chavões e chavecos contra a mídia golpista-imperialista e o assunto estaria

resolvido da mesma forma com que tomou conta do Legislativo e do Judiciário.

Desta vez a desculpa foi esfarrapada demais, o pretexto para a violência foi tão convincente quanto o dos nossos "aloprados" que, na véspera da eleição do ano passado, inventaram um dossiê para comprometer a oposição e, quando foram flagrados, também acusaram a mídia de golpismo.

A doutrina de que os fins justificam os meios ainda tinha alguma credibilidade lá no fim do século 18 – virou piada neste início do século 21. Isso não significa que devemos esquecer as irresponsabilidades dos

grupos latino-americanos de mídia eletrônica. Erraram muito no passado, mas aprenderam lições importantes ao perceber que a crítica aos meios de comunicação é mais efetiva para corrigir distorções do que o uso da força para calar estes meios.

O povo de Caracas saiu à rua não para defender vagos princípios sobre a liberdade de expressão, saiu à rua para defender o que acha que é seu. Uma concessão de TV pertence ao povo, o Estado apenas administra.

Alberto Dines
Jornalista

ARTIGO

Navalha na Operação Navalha

Qual a moral dos jornalistas para protestar contra vazamentos nos inquéritos da Polícia Federal se somos nós mesmos, os jornalistas, que os divulgamos?

Toda: cabe aos jornalistas divulgar toda notícia de interesse, com raras exceções, cuja veracidade puderem confirmar. O controle dos vazamentos não cabe à imprensa, mas à Polícia Federal, ao Ministério Público e aos tribunais.

Nos últimos dias, especialmente após o que o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, qualificou de "canalhice" – o vazamento de gravações telefônicas de outro Gilmar Mendes, como se fossem dele, ministro – se intensificou a discussão sobre a responsabilidade dos vazamentos.

Há quem diga que, se os jornalistas não publicassem esse tipo de notícia, o vazamento não ocorreria. É verdade; mas a obrigação dos jornalistas, exceto em raríssimas ocasiões, não é manter o sigilo, e sim quebrá-lo. Como, entretanto, vencer a contradição entre divulgar as notícias (sabendo que estamos sendo usados por autoridades para desmoralizar seus adversários) e manter em sigilo a informação vital – quem se aproveita do vazamento?

Este é um longo e difícil debate que temos de travar: se nossa obrigação é divulgar as informações, não podemos nos limitar apenas à parte que interessa aos vazadores. Mas, se não aceitamos a preservação do sigilo da fonte, perdemos o restante da informação – e perdemos, também, a feroz batalha da concorrência.

Talvez parte da resposta esteja na oferta de amplo espaço de defesa para os atingidos – não aquele "outro lado" fake, fajuto, em que se publica uma página de acusações com duas linhas informando que "fulano de tal nega as denúncias" – mas uma abertura total para a defesa. Isso inclui, claro, passar para o denunciado o total

das denúncias, não apenas aquela parte que o repórter julgar relevante.

É difícil? É. Gasta espaço? Gasta. Pode atrasar a publicação da denúncia em um dia? Pode. Mas ou garantimos aos acusados o direito de defesa ou estaremos vulneráveis à acusação de cumplicidade nos vazamentos e no character assassination de pessoas cuja maior culpa é não estar nas boas graças das autoridades.

ATIRANDO NO INIMIGO

1. Há dias, foi vazada do inquérito sobre o empreiteiro Zuleido Veras a gravação de um telefonema seu ao colunista Cláudio Humberto. É uma conversa típica de jornalista com fonte, a respeito da repercussão de uma nota publicada na coluna. A notícia vazada foi publicada pela imprensa. Errado: se Cláudio Humberto não é acusado de nada, por que uma conversa telefônica sua foi divulgada? Se há acusações contra eles, quais? O fato é que se trata, na melhor das hipóteses, de invasão de privacidade.

A notícia seria importante se mostrasse cumplicidade entre Cláudio Humberto e Zuleido Veras. Não mostrava. Aliás, nada havia contra Zuleido na época do telefonema. E, se já houvesse, tudo bem: o jornalista, por força da profissão, tem de conversar com todo tipo de pessoa, inclusive as menos recomendáveis.

Como interpretar o vazamento e a publicação, senão como vontade de alguns de intimidar e de outros de atingir um desfecho? Se tudo o que o empreiteiro diz é suspeito, por que não divulgar, então, eventuais conversas entre ele e a cúpula da Polícia Federal, na época em que a empresa de Zuleido construiu a nova sede da PF?

2. Foi vazada uma conversa telefônica de um tal Gilmar Mendes, e divulgada sem esclarecer que não se tratava do ministro do Supremo, e sim de um homônimo. Obviamente, quem vazou a notícia sabia perfeitamente quem tinha sido monitorado. Se havia

boa-fé, por que este fato não foi esclarecido pela fonte? Claro: o objetivo era levantar suspeitas sobre o ministro, cuja atuação deve estar desagradando a alguém com poder para vazar informações.

3. O ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, investigado, pediu demissão para não constranger o presidente da República. Que havia contra ele? O vídeo de uma importante assessora de Zuleido chegando ao ministério, no andar em que se encontra, entre outros, o gabinete do ministro, e entregando a um de seus auxiliares um envelope magrinho, no qual, segundo a denúncia, haveria 100 mil reais. Qual a prova de que havia dinheiro no envelope? Nenhuma. Mas, politicamente, não havia saída para o ministro: tinha de se afastar.

O duro foi a manchete do dia seguinte: "Ministro demitido por corrupção ajuda a escolher sucessor". Não foi bem assim – mas como recolher de volta ao tubo a pasta de dentes que de lá foi tirada?

4. Um deputado sergipano ganhou amplo espaço nos jornais por ter admitido (sim, foi essa a palavra que a imprensa usou) que a Gautama, empresa de Zuleido, lhe mandou uma gravata no Natal.

Certa vez, o sábio Octavio Frias de Oliveira foi consultado por um grupo de editores: deveriam devolver as canetas (até que boazinhas, de preço médio) que uma empresa tinha enviado no Natal? Frias disse para esquecer o assunto. "Ninguém acha que vai subornar vocês com essas canetas".

5. Antes de criar a Gautama, Zuleido Veras foi importante diretor da OAS, empresa controlada por um genro do senador Antonio Carlos Magalhães. Entre os telefonemas vazados, surgiu uma conversa entre Zuleido e o deputado Paulo Magalhães, sobrinho de ACM. Essa sumiu rapidamente do noticiário.

Carlos Brickmann
Jornalista



Clayton, hoje no O Povo (CE)

Críticas, Sugestões, Opiniões

Participe do nosso jornal

3099-6100/3099-6114

JORNAL DO ESTADO DE GOIÁS

- Organização Independente de Comunicação Ltda

- Administração, Redação, Edição
Rua Conde Afonso Celso, nº 515
Setor Central
Fone: 3099-6100/3099-6114

- Impressão:
WAN Comunicação

Diretor-superintendente: Marcos de Carvalho Vieira
(marcosvieira77@yahoo.com)

Editor chefe: Flavio Mobaroli (flaviojornalista@hotmail.com)

Editor de Arte: Normando Pereira Barros (npbarros@hotmail.com)

Repórter fotográfico: Ismael Vieira (ismaelvieira@hotmail.com)

Gerente de projetos: Cecília Rodrigues (cecilia.comercial@gmail.com)